TANGARÁ DA SERRA

Vereadores se manifestam contrários a projeto para atualização de tarifa de água

Projeto começou a tramitar, contudo retornará em 30 dias

ROSI OLIVEIRA / Redação DS

Assim como acontece todas as terças-feiras, foi realizada na tarde do último dia 30 de agosto mais uma Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Vereadores.

Dentre os projetos em análise o de número 16/2002 que possibilitaria ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Samae) a realizar uma adequação na taxa de água do município.

Ao fazerem uso da tribuna, praticamente todos os vereadores se manifestaram contra a nova tarifa, como foi o caso do vereador Maurício Gomes, que justificou sua posição. "A grande maioria dos vereadores foi contrária ao aumento, tecnicamente uma atualização dos valores nominais ao valor real. Contudo, esse percentual de 15% se mostra desarrazoado neste momento em que estamos vivendo. Estamos ainda próximos de uma crise hídrica, e estivemos aqui escutando o diretor do Samae, o Leto, e ele nos repassou a dificuldade que é de estar operacionalizando, ou seja, entregando de fato o volume de água que a população necessita pelo esgarçamento do sistema, e considerando também que o Samae está sempre com superávit, isso é uma grande realidade, e a Câmara se posicionou em não chancelar esse aumento. Acredito que foi um posicionamento correto para não penalizar ainda mais o cidadão tangaraense nesse momento tão complicado de finalzinho de pandemia e sem a resolução de fato dessa crise da água aqui no nosso município", ressaltou Mauricio Gomes.

> "O Samae (...) não pode sacrificar a população com esse aumento

Quem também foi contrária ao reajuste foi a vereadora Sandra Ferracin. "O Samae arrecada bem, e tem superávit e não pode sacrificar a população com esse aumento", se manifestou.

Além dos dois vereadores, se manifestaram contrários também os vereadores Ademir Aniballe e Horácio Pereira.

Ao final da visível onda de descontentamento e recusa, o vereador Romer Japonês pediu vistas do projeto por 30 dias. Em conversas de bastidores, espera-se que o chefe do Executivo Municipal retire o projeto nesse intervalo de tempo.

Sessão Ordinária da Câmara Municipal

Vereador Maurício Gomes

VETOS

Fundeb Transparente e Taxa de Expediente tem pedido de vistas

Projetos foram aprovados pelos vereadores e vetados pelo Executivo

ROSI OLIVEIRA / Redação DS

Durante a Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Vereadores, realizada na última terça-feira, 30, estiveram em discussão duas mensagens do Executivo Municipal (números 001 e 002/2022), de veto total ao Autógrafo de Lei Complementar nº 282 de 03 de agosto de 2022, referente ao Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 02/2022 e veto total ao Autógrafo de Lei Ordinária nº 5.645 de 03 de agosto de 2022, referente ao Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 16/2022.

Um dos projetos é o 'Fundeb Transparente', assim intitulado. Através desse projeto o município fica obrigado a dar mais transparência aos recursos enviados ao município pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

O outro seria o da Taxa de Expediente cobrada pelo município na impressão de boletos ou guias.

> Infelizmente teve uma questão jurídica sobre os pareceres

Os dois projetos foram aprovados por unanimidade na Câmara, mas tiveram veto do prefeito Vander Masson. Já os vetos tiveram pedidos de vista pelo Presidente da Casa de Leis, Fábio Brito.

"Esses dois projetos foram votados, tanto o Fundeb Transparente, quanto essa da Taxa de Expediente e foram aprovados por unanimidade, e nós estamos agora tentando derrubar esse veto que o prefeito fez. Infelizmente teve uma questão jurídica sobre os pareceres e o presidente pediu vistas para entender essa questão. Então, fatalmente na próxima sessão nós deliberaremos sobre os dois vetos e acabaremos com essa, diria, imoralidade aqui em nosso município", destacou o vereador Maurício Gomes.